



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023

Nos termos das disposições legais e estatutárias, presta-se aqui neste documento informação completa da atividade e da gestão da Associação relativo ao exercício de 2023

INDICE

INDICE	1
CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS A 31 DEZEMBRO 2023	4
ABERTURA	5
» INTRODUÇÃO.....	5
RELATÓRIO de ATIVIDADES	6
» GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS.....	6
RECURSOS HUMANOS.....	6
GERONTOLOGIA E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL.....	6
» GESTÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	8
AQUISIÇÕES E INTERVENÇÕES	8
FUNCIONALIDADE, RENTABILIDADE E DIVULGAÇÃO	8
PARQUE AUTOMÓVEL.....	9
» SUSTENTABILIDADE.....	10
ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL.....	10
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO POR PARTE DA SEGURANÇA SOCIAL.....	10
ASSOCIADOS.....	11
CANDIDATURAS.....	11
REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO	11
DONATIVOS, TESTAMENTOS E DOAÇÕES	12
PROTOCOLO COM OS BALDIOS – SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	12
EXECUÇÃO DA CANDIDATURA AO PARES 3.0	12
CONSIGNAÇÃO IRS E IVA.....	13
» UTENTES	13
REPOSTAS SOCIAIS SÉNIORES.....	13
RESPOSTA SOCIOEDUCATIVA	15
CANTINAS SOCIAIS	17
» VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE SÓCIOS E AMIGOS.....	17
» CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
RELATÓRIO de GESTÃO CONTAS.....	19
» Preâmbulo Elementos Contabilísticos:.....	19
» As demonstrações financeiras	19
» Balanço.....	21
Demonstração de Resultados por Natureza	22
» DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
Identificação da Entidade.....	25
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	25
Principais Políticas Contabilísticas.....	26
Bases de Apresentação	26
Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	26
Continuidade:.....	26

Compreensibilidade	26
Relevância	26
Materialidade	26
Fiabilidade	27
Representação Fidedigna	27
Substância sobre a forma	27
Neutralidade	27
Prudência	27
Plenitude	27
Comparabilidade	27
Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
Fluxos de Caixa	28
Ativos Intangíveis	28
Ativos Fixos Tangíveis	29
Bens do património histórico e cultural	29
Propriedades de Investimento	30
Investimentos financeiros	30
Inventários	31
Instrumentos Financeiros	31
Fundos Patrimoniais	33
Provisões	33
Financiamentos Obtidos	34
Estado e Outros Entes Públicos	34
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	36
Ativos Fixos Tangíveis	36
Ativos Intangíveis	36
Locações	36
Custos de Empréstimos Obtidos	36
Inventários	37
Rédito	37
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	37
Subsídios do Governo e apoios do Governo	38
Efeitos de alterações em taxas de câmbio	38
Imposto sobre o Rendimento	38
Benefícios dos empregados	38
Divulgações exigidas por outros diplomas legais	38
Outras Informações	38
Investimentos Financeiros	39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	39
Clientes e Utentes	39
Outras contas a receber	39
Diferimentos	39
Outros Ativos Financeiros	39

Caixa e Depósitos Bancários.....	39
Fundos Patrimoniais.....	40
Fornecedores	40
Estado e Outros Entes Públicos	40
Subsídios, doações e legados à exploração	41
Fornecimentos e serviços externos	41
Resultados Financeiros.....	41
» Notas explicativas do Exercício	42
Rendimentos	42
Gastos.....	43
Disponibilidades	47
Quadro da execução orçamental	47
» Acontecimentos após data de Balanço.....	48
» Proposta de Aplicação de Resultados.....	48
RELATÓRIO de ATIVIDADES e CONTAS ... em CONCLUSÃO:	49
CONSELHO FISCAL	50
PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2023.....	50
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL - termo de aprovação	51
TERMO DE APROVAÇÃO.....	51
FICHA TÉCNICA.....	52

CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS A 31 DEZEMBRO 2023

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	ALCIDES EMANUEL DA SILVA MARTINS ASSOCIADO Nº 106
1ª SECRETÁRIA	Ana Maria da Conceição Ferreira Associada nº 83
2º SECRETÁRIO	António Anísio Mendes Tomás Associado nº 20

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	ISABEL MARIA PEREIRA DE SOUSA DAMAS Associada nº 229
VOGAL	Beatriz Maria Campos Carvalho Associada nº 318
VOGAL	Pompeu Carlos de Almeida Seco Associada nº 209

DIREÇÃO

PRESIDENTE	ROGÉRIO SIMÕES MARTINS ASSOCIADO Nº 1
VICE-PRESIDENTE	João Pedro Ferreira Pereira de Melo Associado nº 61
SECRETÁRIO	António Joaquim Carvalho Seco Associado nº 2
TESOUREIRO	Paulo David dos Santos Costa Associado nº 4
VOGAL	Manuel António da Piedade Francisco Associado nº 18

ABERTURA

A Direção submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente **Relatório de Atividades e Contas de 2023** documento este que, em conformidade com o disposto no n.º 1 da alínea h), do artigo 45º dos Estatutos, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

» INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório de Atividades e Contas de 2023 da ADIC – Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã, procedimento este, anual e obrigatório nos termos estatutários.

A sua elaboração é da responsabilidade da Direção, com a colaboração direta da Diretora Técnica, Chefe de Serviços, Educadora de Infância, Responsável Administrativa e pela Contabilista Certificada.

Tem como principal objetivo a demonstração das atividades realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

A redação final deste documento foi submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, e posterior apresentação e aprovação da Assembleia Geral perante os Associados.

Cumprindo o principal objeto da Associação, continuamos empenhados em assegurar a melhoria sistemática dos cuidados diários aos nossos Utentes, bem como no aumento da qualidade dos serviços prestados.

Para a Direção, é claro, que a aposta na proteção de um serviço social de qualidade não se pode dissociar da permanente preocupação com uma equipa de profissionais competentes e dedicados. Compete-nos, portanto, assegurar-lhes as melhores condições de trabalho, com valorização salarial e formação adequada, o que acarreta um enorme esforço financeiro, administrativo e de recrutamento sistemático para manter o quadro de pessoal dotado, em permanência, de recursos imprescindíveis ao funcionamento da Instituição.

Focámo-nos na sustentabilidade da Instituição, procurando sempre aumentar a notoriedade e visibilidade da nossa causa através da qualidade dos serviços prestados. Esta sustentabilidade é, não só o difícil equilíbrio das contas, mas também o equilíbrio de atender a todas as necessidades das diversas respostas sociais, mantendo a qualidade de intervenção que sempre nos caracterizou.

Queremos destacar o trabalho em parceria com os organismos locais e recursos da comunidade, com quem tem sido possível fazer um trabalho de crescimento mútuo.

A todos quantos nos têm apoiado e dado colaboração apresentamos os nossos agradecimentos e o compromisso de trabalhar afincadamente para estar sempre à altura dos mesmos.

Assim, vem a Direção da ADIC, nos termos do n.º 2 alínea d) do artigo 37º. dos Estatutos apresentar aos seus associados o relatório de atividades e contas referentes ao exercício de 2023, a saber:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

» GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS

RECURSOS HUMANOS

Comparativamente com os anos anteriores uma diminuição da rotatividade de colaboradoras. A equipa de trabalho sofreu algumas alterações, mas ainda assim a Instituição manteve-se firme na prossecução e concretização dos seus objetivos, terminando o ano com uma avaliação positiva das suas ações e atividades.

Em média durante o ano de 2023 trabalhámos com 47 colaboradoras, acrescentando às mesmas 7 profissionais em regime de prestação de serviços.

- Foi oferecido, à semelhança do que já vem sendo feito nos anos anteriores um dia de tolerância/folga na altura do Natal, como incentivo e medida de equilíbrio da vida profissional e da vida familiar. Esse dia foi gozado de forma faseada por todas as colaboradoras da instituição.

- Foi disponibilizada às colaboradoras formação na área do HACCP, formação ministrada pela nossa técnica, responsável pelo sector, Eng^a Cláudia Silva.

- As colaboradoras da equipa técnica foram dotadas de conhecimentos que as capacitou para a utilização das aplicações do software da F3M.

- As colaboradoras tiveram, também, formação nas seguintes áreas: Cuidados na saúde do idoso e Primeiros Socorros.

- Foram realizadas reuniões com as várias equipas de trabalho, mediante necessidade e/ou pedido.

- Foi realizado um jantar de Natal entre Dirigentes e Colaboradoras, em ambiente de confraternização.

GERONTOLOGIA E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

As atividades de gerontologia e animação, têm como objetivo estimular a capacidade de concentração e reação, de aumentar a autoestima e diminuir a apatia, a desmotivação, a solidão e o isolamento social que afeta esta faixa etária – 3^a idade, promovendo o bem-estar físico, emocional e social do utente. Neste sentido desenvolveram-se durante o ano de 2023 diversas atividades de animação/ocupação, que se distribuíram da seguinte forma:

Atividades Semanais

- Jogos de Sala – Damas, Dominó, Cartas;
- Espaço Leitura – Leitura de jornais, artigos, histórias;
- Atividades de humor positivo – Jogos específicos que promovem a interação e socialização;
- Caminhadas – Caminhadas pelo espaço envolvente à Instituição;
- Trabalhos manuais – Recortar, colar pintar, dobrar;

- Aula de ginástica – realizada uma vez por semana no âmbito do Projeto Lousã a Mexer + promovido pelo Município;
- Atividades de rotina da instituição – criação de regras e hábitos, estabelecimento ou criação de novos costumes.

Atividades Mensais

- Celebração da Eucaristia – Uma vez por vez, tendo como dia da semana definido a 5ªfeira, o Pároco da Lousã veio celebrar a Eucaristia ao Lar. Os utentes, voluntários e colaboradores preparavam os cânticos e a sala para o efeito.

Outras Atividades realizadas

- Comemoração dos aniversários dos utentes;
- Comemoração do aniversário da instituição;
- Treino da escrita;
- Cálculos matemáticos;
- Relembrar provérbios;
- Celebração do Dia dos Namorados;
- Receção da companhia de teatro “A Companhia Um do Outro”;
- Celebração do Dia de Carnaval;
- Celebração do Dia da Mulher;
- Celebração do Dia Mundial da Atividade Física;
- Confeção de doces no âmbito da celebração da Páscoa;
- Jogos de associação;
- Celebração do dia Mundial da Atividade Física;
- Celebração do Dia da Mãe;
- Visualização do Rally de Portugal;
- Jogos com carimbos;
- Comemoração dos Santos Populares;
- Uso de piscinas no “Jardim das Oliveiras” para refrescar os idosos;
- Celebração do Dia Mundial do Cérebro;
- Passeios à Senhora da Piedade;
- Passeios às Praias Fluviais do concelho;
- Passeio ao Santuário de Fátima no âmbito do Plano Municipal Sénior;
- Comemoração do Halloween;
- Realização de Magusto de São Martinho;
- Visualização de jogos de futebol da Seleção Portuguesa;
- Comemoração do Natal e Passagem de Ano.

» GESTÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

As instalações e os diversos equipamentos existentes foram mantidos devidamente funcionais, dentro dos parâmetros legais exigidos por lei.

AQUISIÇÕES E INTERVENÇÕES

Procederam-se às seguintes intervenções/aquisições:

- Execução de pequenas obras: o muro junto ao depósito de gás foi removido e foi aplicado pavimento numa pequena área; colocação de uma grelha e respetivo revestimento com cimento junto à porta de acesso ao Jardim de Infância;
- Aquisição de dois televisores (um para a receção do edifício do Centro Social e o outro para a Sala de Atividades do Jardim de Infância);
- Trabalhos de carpintaria: reparação da porta que dá acesso ao sótão e do escorrega do Jardim de Infância;
- Instalação de quatro detetores de incêndio no sótão do Centro Social;
- Instalação de retentores (eletroímanes) em quatro portas do rés do chão do Centro Social;
- Instalação de cortina na janela de atendimento da receção;
- Aquisição de estante de inox para a lavandaria;
- Aplicação de peças de inox nas esquinas (das paredes a delimitar as casas de banho) dentro dos 22 quartos;
- Aquisição de cadeira de rodas;
- Aquisição de tampo acrílico para as mesas do refeitório;
- Aquisição de novo mobiliário para a sala de atividades, refeitório e entrada do Jardim de Infância;
- Aquisição de equipamento de ar condicionado para o refeitório do Jardim de Infância;
- Aquisição de mais mesas, cadeiras e cadeirões, consoante a necessidade verificada.

FUNCIONALIDADE, RENTABILIDADE E DIVULGAÇÃO

Procederam-se às seguintes atualizações:

- Reformulação de todo o sistema existente Web da ADiC, nomeadamente a rede interna e o servidor da base de dados. Implicou também a existência de um servidor para backup dos dados eletrónicos da Instituição para a nuvem (Windows Azure).

- Aquisição de software da "F3M"

- ✓ Gestão Utentes Rede
- ✓ Gestão Contabilidade Rede
- ✓ Gestão Imobilizado Rede
- ✓ Gestão Salários Rede
- ✓ Gestão. Tesouraria c/Faturação Clientes Rede

- ✓ Gestão Sócios V. Certificada Rede
- ✓ Processo Clínico Internamento
- ✓ Prescrição Eletrónica Medicamentos
- ✓ Gestão Stocks - Rede
- ✓ Esocial (jardim de infância)

- Foi instalada uma nova infraestrutura de segurança do sistema em rede: Servidor Dell Power Edge T350; Ser. Proteção dispositivo Eset End Point – Antivirus;

- Celebração de contrato de manutenção da rede informática com a Openlimits, bem como para a manutenção, apoio e suporte das aplicações F3M (Parceiro local da F3M).

- Instalação de equipamentos da Vodafone na ADiC na sequência da ligação da fibra às instalações;
- Concessão de seguros de acidentes pessoais em grupo aos utentes da ERPI;
- Atualização regular do site da instituição, para divulgação das suas atividades/serviços e prestação de contas.
- Demos continuidade ao procedimento de Higiene e Segurança no Trabalho em parceria com a Rentokil, tendo sido realizadas visitas de acompanhamento às nossas instalações, dos quais resultam relatório de aconselhamento técnico sobre situações e métodos que devemos alterar, bem como com as novas legislações em vigor.
- Demos continuidade ao procedimento de medicina do trabalho às colaboradoras da Instituição, através do contrato existente com a empresa prestadora de serviços Cruz Branca, pois constitui uma área de intervenção prioritária no local de trabalho atendendo a que, a saúde e bem-estar dos trabalhadores é fundamental para a qualidade das suas prestações e para o desempenho das suas atividades.
- Promoção e divulgação da Instituição através da página web institucional <https://www.adic.pt>

E através de todas as redes sociais

- ✓ Facebook - <https://www.facebook.com/AdicVilarinhoLousa>
- ✓ YouTube - <http://www.youtube.com/user/AdicVilarinhoLousa>
- ✓ Twitter - <https://twitter.com/AdicVilarinho>
- ✓ Instagram - <https://www.instagram.com/adicvilarinhoulousa>
- ✓ Flickr - <https://www.flickr.com/photos/adicvilarinho>

PARQUE AUTOMÓVEL

O parque automóvel foi constituído por 9 viaturas, que percorreram o seguinte número de quilómetros:

- ✓ - Matrícula 11-AD-63: 12.443 km's
- ✓ - Matrícula 21-45-TO: 7.362 km's
- ✓ - Matrícula 24-AG-90: 16.441 km's
- ✓ - Matrícula 27-EC-36: 14.914 km's
- ✓ - Matrícula 29-07-MQ: 8.058 km's
- ✓ - Matrícula 43-HV-35: 6.517 km's

- ✓ - Matrícula 58-MS-05: 7.219 km's
- ✓ - Matrícula 97-RC-62: 3.840 km's
- ✓ - Matrícula AV-30-VC: 3.893 km's

A ADIC, no decorrer do ano de 2023, manteve todas as viaturas operacionais, tendo as mesmas percorrido 76.794 km's, dando assim o apoio necessário e imprescindível a todas as suas respostas sociais.

» SUSTENTABILIDADE

ACORDOS COM O INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL

A ADIC teve, no decorrer do ano em análise, cinco acordos celebrados, a saber:

- Jardim de Infância (acordo para 20 crianças – embora a capacidade seja para 25 utentes);
- ERPI (acordo típico que integra 31 utentes, sendo que 6 destes utentes dizem respeito a vagas reservadas para a Segurança Social e geridas por esta entidade);
- Centro de Dia (acordo para 25 idosos);
- Serviço de Apoio Domiciliário (acordo para 50 idosos);
- Cantinas Sociais (acordo para 8 refeições diárias).

Já no final do ano de 2023, a 22 de novembro, foram estabelecidos novos acordos para as diversas valências, sendo atualmente: de 39 idosos em ERPI (onde 8 são vagas cativas); CD, ERPI e SAD, em que o número de utentes abrangidos se iguala à capacidade da resposta: 40 idosos em CD e 60 idosos em SAD.

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO POR PARTE DA SEGURANÇA SOCIAL

A 7 de novembro de 2023 existiu uma visita de acompanhamento por parte do Instituto de Segurança Social à resposta social da ERPI.

Apreciação global

Decorridos 2 anos de funcionamento da Estrutura Residencial para Idosos da ADIC, a resposta tem sofrido diversos ajustes, na medida em a sua atividade foi iniciada ao abrigo de uma licença de funcionamento. O 1º acordo de cooperação com o ISS, IP foi celebrado em outubro de 2022 tendo em novembro pp, esse acordo sido revisto, abrangendo atualmente 100% dos utentes.

Com uma frequência também de 100%, observa-se um equipamento em franco desenvolvimento e estruturação, ressaltando da parte da instituição, o cuidado em corresponder adequadamente ao cumprimento das orientações e normativos em vigor.

O funcionamento da resposta apresenta-se globalmente compatível com a legislação vigente, nomeadamente nas seguintes matérias: Cumprimento das Obrigações legais; Informação Disponível e Disponibilizada; Admissão; Serviços Prestados e Atividades Desenvolvidas; Reclamações, Regulamento Interno e Quadro de Pessoal.

As atividades e serviços prestados, parecem corresponder às necessidades dos utentes, observando-se uma resposta que se rege pelos princípios da humanização e respeito pela privacidade e individualidade dos residentes.

ASSOCIADOS

Com a entrada em pleno funcionamento das novas aplicações da F3M, a Instituição aproveitou a ocasião para fazer uma limpeza na listagem de associados, pelo que todos os associados inativos foram eliminados e foi levada a cabo uma renumeração do número de sócio ativo.

Os Associados, como uma fonte de financiamento interna, são alvo de preocupação por parte da Direção, ambicionando que se estendam de forma cada vez mais significativa, não sendo, porém, uma tarefa simples, face às inúmeras Instituições existentes na nossa Região. No decorrer do ano de 2023, inscreveram-se e foram admitidos 26 novos associados.

Salientamos que, a 31 de dezembro, a Instituição tinha 452 associados ativos, e, infelizmente, alguns com as quotas em atraso, mas mantemos contactos periódicos no sentido de sensibilizar os mesmos à sua regularização.

CANDIDATURAS

No decorrer do ano de 2023 apresentámos algumas candidaturas ao IEFP no âmbito de vários programas disponíveis, nomeadamente Estágios Ativar, e Medida Compromisso Emprego Sustentável.

REDES, PARCERIAS E COOPERAÇÃO

Ao longo do ano, a Associação manteve e reforçou a participação e o envolvimento na Rede Social do Concelho da Lousã. Com a concretização e partilhas de projetos e atividades, quer ao nível local, quer ao nível concelhio, destacamos os parceiros mais relevantes:

Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal da Lousã; Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho; Comunidade Local dos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho; Clube Recreativo Vilarinhense; Centro de Saúde da Lousã; Equipa do Rendimento Social de Inserção; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã; Guarda Nacional Republicana da Lousã; Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL); Escola Profissional da Lousã; Escola Secundária da Lousã; IPSS do Concelho; Rede Social e Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Estão também estabelecidas parcerias com duas farmácias do concelho, Nova Lousanense e Torres Padilha, no âmbito da obtenção e preparação da medicação dos utentes de ERPI.

Foram estabelecidas novas parcerias: Associação Cultural e Artística de Teatro do Interior; Sociedade Filarmónica Lousanense; Associação Empresarial Serra da Lousã.

O reforço da articulação próxima com os serviços de saúde, emprego e segurança social, permite responder a situações identificadas e sinalizadas pelas diferentes entidades.

DONATIVOS, TESTAMENTOS E DOAÇÕES

Diversas pessoas e entidades contribuíram com donativos diversos, sendo que ao longo do ano de 2023 foi recebido por parte da Instituição importância relevante.

A Direção da ADIC foi surpreendida a 21 de janeiro de 2023, pela A Serrana - Mediadora de Seguros na oferta de uma nova viatura ligeira marca Dácia Jogguer ECO G. Entregue pelos gerentes da empresa João Correia e Ana Correia, expressando o reconhecimento pelos bons serviços prestados no Concelho e a duradoura parceria comercial de mais de 25 anos.

Toda a lenha consumida no Jardim de Infância da Instituição, para aquecimento do espaço nos meses mais frios foi fornecida graciosamente pelos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho.

PROTOCOLO COM OS BALDIOS – SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

A comparticipação dos Baldios de Vilarinho, relativamente ao Protocolo em vigor, referente ao ano de 2023, foi devidamente paga, encontrando-se o protocolo a ser cumprido na íntegra por ambas as partes.

Esta importância recebida ficou ao dispor da Instituição, depositado na conta bancária do Crédito Agrícola, sendo o destino da verba as obras do novo centro social.

EXECUÇÃO DA CANDIDATURA AO PARES 3.0

Em 2020 a ADIC apresentou uma candidatura (atualmente com o n.º 52914) devidamente instruída, ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), em 2022 fomos notificados da sua aprovação.

Com a candidatura aprovada, com o Contrato de Comparticipação Financeira datado de 20/05/2022, a Adenda ao Contrato de Comparticipação Financeira datado de 11/08/2023, devidamente celebrados e assinados pelas partes Outorgantes, onde referia expressamente que o financiamento público ascendia ao incentivo de: 605.966,60 €.

Da referida candidatura a Instituição já recebeu em 08/02/2023, adiantamento de 64.914,60 €, e na sequência do pedido de reembolso, foi recebido em 02/10/2023 mais o valor de 243.654,98 €, totalizando o valor recebido de 308.569,58 €.

Na sequência do pedido de reembolso foi a Instituição notificada da intenção de indeferimento de grande parte do financiamento público restante e que se encontrava devidamente aprovado, sendo que o ISS, IP considerava que face aos valores já pagos, restaria o pagamento de mais 5%.

Assim, a 24/10/2023, a Instituição não aceitou tal decisão, e dentro dos prazos legais e ao abrigo do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, exercer o seu direito de audiência prévia.

Concluindo a sua defesa, solicitando a reapreciação da decisão, tendo como relevantes os factos e acontecimentos temporais, e a expectativa legitimamente criada na Instituição, o princípio da proteção da

confiança e boa-fé, no que se refere à comparticipação para a rubrica de infraestruturas, ou seja, o valor elegível público atribuído, bem como se tenham como válidas as justificações e explicações fundamentadas para as restantes rubricas da candidatura.

Face ao valor da candidatura aprovada e documentos assinados (605.966,60 €.) e ao valor já, entretanto, recebido (308.569,58 €), a Instituição ainda não desistiu de receber o valor em falta de 297.397.02 €.

Até à presente data aguarda resposta ao exercido do direito de Audiência Prévia exercido em 25/10/2023.

CONSIGNAÇÃO IRS E IVA

Continuamos com a campanha de apoio à consignação de 0,5% do IRS de todos aqueles que queiram colaborar com a instituição. A totalidade dos impostos que pagamos destinam-se a financiar as despesas públicas do Estado sem nós decidirmos diretamente onde são aplicados. A única exceção existente é a possibilidade de destinar 0,5% do nosso IRS a uma determinada Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), de acordo com a regulamentação da Lei nº 16/2001, de 22 de junho. Esta consignação fiscal, não representa qualquer custo adicional para o contribuinte.

No decorrer do ano de 2023 recebemos a importância de 4.989,99 € dos contribuintes, referente aos valores de consignação de IRS do ano de 2022.

» UTENTES

ENQUADRAMENTO

A Instituição, em média, nas suas diversas respostas sociais, ao longo do ano teve cerca de 150 Utentes/Clientes inscritos, aqui incluindo os 8 Utentes ao abrigo do protocolo das Cantinas Sociais.

REPOSTAS SOCIAIS SÉNIORES

ENQUADRAMENTO

A ADIC no Centro Social, tem as seguintes capacidades no que diz respeito a número de Utentes:

- ERPI – Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas - capacidade para 39 utentes;
- Centro de Dia – capacidade para 40 utentes;
- O Apoio Domiciliário – capacidade para 60 utentes;

- ERPI – ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

A ERPI - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas tem por missão ser uma “*casa de família*” dos seus utentes, que necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia, estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

A ERPI, nas suas atividades, visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Acolher pessoas idosas, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitacional de vida;
- Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;
- Prestar os apoios necessários às famílias dos idosos, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares;
- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência e a promoção da sua qualidade de vida, potenciando a integração social;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;
- Fomentar o processo de envelhecimento ativo;
- Facultar ao utente o acesso a elementos lúdicos e audiovisuais, de leitura e bibliográficos;
- Potenciar o convívio social entre os utentes;
- Disponibilizar serviços médicos, de enfermagem e fisioterapia.

Analisados os objetivos propostos, pensamos que foram integralmente atingidos e que se trata de uma resposta social que está a ter bastante procura, razão pela qual, no nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço.

A Instituição tem recebido inúmeras sinalizações de pessoas idosas por parte de entidades, pessoas particulares, mas, por falta de vaga, não foi possível fazer esta integração. Nestes casos, a Instituição tem tentado encaminhar os pedidos para outras entidades que sejam próximas da sua área de residência.

- CENTRO DE DIA

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida no edifício-sede, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar. É uma resposta social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos para a satisfação das suas necessidades básicas.

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio, propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus utentes.

Comemorações:

- Comemoração dos aniversários dos Utentes de Centro de Dia;
- Comemoração de datas festivas: Dia da Espiga, Dia de Portugal, Dia Mundial da Criança (atividade intergeracional com as crianças de Jardim de Infância), Dia dos Avós (atividade intergeracional com as crianças de Jardim de Infância), Dia do Idoso, comemoração das Estações do Ano, Aniversário da Instituição, Dia da Mulher, entre outras.

Atividades:

- Todas as já anteriormente descritas no item "Gerontologia e animação sociocultural"

Destacamos, no entanto:

- Receção de universitários da Missão País de 12 a 19 de fevereiro de 2023 - A Missão País é um projeto de jovens universitários que lhes dá a oportunidade de missionar numa localidade e de interagir com crianças, idosos, doentes, pessoas de todo o género pondo em prática a caridade cristã, desenvolvendo a fé de cada pessoa que participa no projeto.
- Comemoração do 26º Aniversário da ADIC – comemoração intergeracional do aniversário da instituição, utentes de Centro de Dia, ERPI e Jardim de Infância.

Prestámos apoio a Utentes na área de todo o concelho da Lousã.

- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O serviço de apoio domiciliário constitui uma resposta organizada que as pessoas em situação de dependência podem ter acesso para a satisfação de necessidades básicas e específicas, apoio nas atividades diárias da vida quotidiana e atividades sócio recreativas. Este conjunto de serviços é prestado no domicílio habitual de vida do utente, contribuindo para a promoção e a prevenção de situações de dependência ou do seu agravamento.

Os utentes do SAD beneficiaram de serviços permanentes e adequados à sua situação, à satisfação das suas necessidades básicas, nomeadamente no que concerne aos cuidados pessoais e de saúde (cuidados de higiene e imagem, assistência medicamentosa), alimentação e nutrição (fornecimento de refeições e apoio na alimentação), apoio social e apoio nas atividades da vida quotidiana (higiene habitacional, lavagem e tratamento de roupas, acompanhamento ao exterior e apoio na aquisição de bens e serviços).

O Serviço de Apoio Domiciliário assegurou ainda outros serviços, nomeadamente: Acompanhamento e transporte, a consultas assim como aos exames complementares de diagnóstico (mediante disponibilidade de serviço); Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura; e Diligências como a aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade.

RESPOSTA SOCIOEDUCATIVA

ENQUADRAMENTO

A taxa de ocupação média do último ano letivo foi de 25 Utentes/Clientes, sendo o resultado de uma conjugação de vários fatores, designadamente a qualidade, profissionalismo e uma permanente divulgação da resposta social. Sendo que, destacaremos ainda o empenho, carinho e motivação com que lidamos com as crianças, o que gera nos pais um sentimento de confiança e segurança nos cuidados que prestamos, potenciados pelo modelo pedagógico implementado.

- JARDIM DE INFÂNCIA

O Jardim-de-Infância é a primeira etapa da educação básica, que consiste no desenvolvimento harmonioso das crianças em contacto com a natureza e os pares. Pretendemos dar a conhecer o mundo através dos sentidos tornando as crianças em futuros cidadãos livres, autónomos e solidários.

Acolhe as crianças desde os três anos até a entrada na escola primaria, complementando a ação educativa da família e devendo estabelecer com a mesma uma estreita relação.

Ao Jardim de Infância foi mais uma vez atribuído o galardão Eco-Escolas 2022/2023, simbolizado na bandeira verde. A ADIC orgulha-se do trabalho realizado em prol da educação para a cidadania ambiental, enquadrado na metodologia do Programa Eco-Escolas.

Foi durante o ano que 2023 que, finalmente, foi concluído o processo de licenciamento da resposta socioeducativa do Jardim de Infância junto da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) – Direção de Serviço da Região do Centro (DSRC). A 15 de Março de 2023 foi concedida a Autorização Definitiva de Funcionamento, sendo rececionada a mesma a 4 de julho do mesmo ano.

ATIVIDADES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS

Plano Curricular de Grupo

O projeto curricular de grupo 2022/2023 tem o tema “Água – Queremos cuidar do nosso mundo, para proteger a nossa saúde e a dos outros”

Este projeto, foi realizado tendo em conta um grupo heterogéneo, de crianças com idades entre os 3 e os 5 anos, e contempla as opções e intenções educativas do Educador da sala, assim como os gostos e interesses das crianças.

Nele estão presentes algumas linhas base que suportaram o trabalho realizado ao longo dos três períodos letivos, de forma a favorecer as aprendizagens e o desenvolvimento de cada criança e do grupo em geral.

Assim sendo neste ano letivo os objetivos das atividades realizadas presaram por:

- Cooperar com a família na educação e apoio às crianças e incentivar a participação da mesma no processo educativo e estabelecer relações de afetividade e de colaboração com a comunidade;
- Contribuir para o desenvolvimento motor, afetivo, social, cultural, cognitivo e ecológico;
- Reconhecer festividades, usos e costumes;
- Promover o desenvolvimento social e de respeito para com os outros;
- Contribuir para a independência, autonomia e espírito crítico de cada criança;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e o contacto com novos materiais;
- Desenvolver o sentido da responsabilidade.
- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças.
- Contribuir para a igualdade de oportunidade no acesso à Escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Desenvolver a capacidade de observar;
- Desenvolver a expressão e a comunicação;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Desenvolver a imaginação;
- Construir noções matemáticas a partir das experiências do dia-a-dia.

- Conhecer o mundo através dos sentidos.

Atividades de Enriquecimento Curricular

- Expressão Motora;
- Inglês;
- Expressão Musical.

Outras atividades

- Participação no Programa da Eco Escolas, Dia do Pijama, Visitas à Quinta do Caimão (Arcil); Passeios na Floresta e em Vilarinho, hora do conto, peça de Teatro, entre outras.

Divulgação dos Trabalhos

- Exposição dos trabalhos nas salas;
- Participação ativa dos pais em atividades e desafios da escolar;
- Registo fotográfico;
- Divulgação das fotos em páginas oficiais da Instituição (redes sociais);
- Divulgação e breve explicação das atividades realizadas na plataforma Esocial (implementada no final do ano de 2023, permitido chegar a todos os Pais de forma rápida e eficaz)
- Exposição no átrio da escola dos trabalhos;
- Atividades no recinto escolar;
- Reunião de pais.

CANTINAS SOCIAIS

Esta resposta social desde a sua criação, há mais de 10 (dez) anos, já forneceu cerca de 103.000 refeições.

No decorrer do ano de 2023, permitiu à Instituição fornecer 2.920 refeições a indivíduos ou famílias que se encontravam em situações de grave carência económica e social. O acesso a este tipo de apoio foi gratuito, tendo a Instituição recebido a comparticipação de 2,5 € por refeição fornecida, dos Serviços da Segurança Social. As mesmas foram consumidas no domicílio. Para aferir as condições económicas e sociofamiliares dos utentes ou das famílias a Instituição recolhe e organiza informação relevante que possa permitir a caracterização de cada situação. Por outro lado, este tipo de resposta pressupõe um trabalho de articulação e colaboração entre os vários parceiros.

Durante o ano de 2023 foram entregues 2.732 refeições na Pousada de Juventude da Lousã, onde o Estado Português, à semelhança do que fez a nível nacional nas Pousadas da Juventude, hospedou Timorenses por se encontrarem em situação muito precária.

» VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE SÓCIOS E AMIGOS

Há pessoas que, pelo muito que fizeram em vida, deixam um legado imperecível, fonte de inspiração permanente para gerações presentes e futuras.

A Direção da ADiC coloca à consideração da Assembleia um voto de pesar abrangente a todos aqueles que, "partiram" no decorrer do ano de 2023, tendo sido sócios ou simplesmente amigos e/ou doadores da Instituição. Este voto estende-se, também e infelizmente a colaboradoras, lamentando profundamente o falecimento da colaboradora Maria da Conceição Fernandes Quintas.

» CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de atividades é, primeiramente, um documento interno, direcionado aos seus associados, sendo, no entanto, depois de submetido à Assembleia Geral um documento público pelo que também tem como destinatários os seus utentes, colaboradoras e comunidade em geral, indo assim ao encontro da promoção e divulgação da Instituição.

Assim, ao longo do ano de 2023, face a todas as exigências no âmbito das suas diversas respostas sociais, a Instituição deu a continuidade correspondente às necessidades e expectativas dos seus utentes, seguindo e trabalhando os padrões de qualidade e a garantia de satisfação pessoal e comunitária.

Segue Relatório de gestão | Contas ...

RELATÓRIO DE GESTÃO | CONTAS

» PREÂMBULO | ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS:

A Instituição mantém a sua situação financeira regularizada, com as suas Colaboradoras, Entidades Terceiros (Fornecedores, Clientes, Associados, Instituições Bancárias, etc) e com o Estado (Autoridade Tributária e Segurança Social).

A Instituição aprovou um crédito bancário hipotecário, junto do Crédito Agrícola em setembro de 2018, no valor de 1.000.000,00 € (um milhão de euros). Os pagamentos das prestações do empréstimo estão a ser rigorosamente cumpridos e em dia.

A Instituição não tem qualquer dívida em mora.

Garantir o cumprimento de todas as responsabilidades da ADIC é um objetivo e uma realidade quotidianamente presente em todos os mecanismos de gestão e de tomada de decisão.

Os resultados do exercício do ano transato demonstram as preocupações que, anualmente reiteramos e que de uma forma simples e objetiva todos os associados e leitores deste documento podem analisar e confirmar.

Em 2023, a Associação apresentou um **resultado líquido positivo de 71.317,85 €** considerando que, com a adoção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) as informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe nas Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos.

» AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas respetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

As informações, contidas em mapas como o balanço, as demonstrações de resultados, juntamente com a informação contida nas notas explicativas, ajudam a perceber as demonstrações financeiras e a prever os futuros fluxos de caixa da entidade, a sua tempestividade e grau de incerteza.

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- A situação económica e a capacidade de gerar excedentes;

Para tal, a preparação exige várias categorias de demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Balancetes

Adotam-se como características qualitativas da informação:

- A relevância;
- A fiabilidade;
- A comparabilidade.

A relevância tem a ver com a capacidade da informação em influenciar as decisões dos seus utilizadores, ajudando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas. A objetividade e rapidez da informação constituem os elementos fundamentais para a sua relevância.

A fiabilidade consiste na característica que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios. Assim, deve ser capaz de evidenciar de forma apropriada a realidade que tem por finalidade representar ou se espera que represente. Para que a informação seja fiável, os factos devem ser registados de acordo com a sua substância e realidade económica e financeira e não apenas com base na sua forma legal ou documental.

A comparabilidade deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas.

Por fim, tendo em consideração os elementos anteriores, as contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados.

Seguem documentos contabilísticos

» BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2023

RÚBRICAS	DATAS	
	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1 710 566,01	1 704 214,59
Bens do património histórico e artístico e cultural	0,00	0,00
Ativos intangíveis	15 106,41	0,00
Investimentos financeiros	256,97	193,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	0,00	0,00
	1 725 929,39	1 704 408,52
Ativo corrente		
Inventários	5 803,29	4 757,54
Créditos a receber	12 531,16	8 245,49
Estado e outros entes públicos	9 619,33	1 943,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	2 899,50	3 155,00
Diferimentos	4 572,36	3 617,54
Outros ativos correntes	241 500,00	271 200,00
Caixa e depósitos bancários	515 707,13	233 105,45
	792 632,77	526 024,32
Total do ativo	2 518 562,16	2 230 432,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	672 657,94	638 793,85
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	787 928,29	492 750,00
	1 460 586,23	1 131 543,85
Resultado líquido do período	71 317,85	33 864,09
Total dos fundos patrimoniais	1 531 904,08	1 165 407,94
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	0,00	0,00
Provisões específicas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	794 469,64	849 967,41
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00
	794 469,64	849 967,41
Passivo corrente		
Fornecedores	28 487,17	27 587,53
Estado e outros entes públicos	30 508,00	31 996,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	0,00	0,00

Financiamentos obtidos	55 000,00	55 200,00
Diferimentos	0,00	0,00
Outros passivos correntes	78 193,27	100 273,30
	192 188,44	215 057,49
Total do passivo	986 658,08	1 065 024,90
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 518 562,16	2 230 432,84

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo a 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 023	2 022
Vendas e serviços prestados		698 060,95	670 606,93
Subsídios, doações e legados à exploração		603 441,89	401 202,68
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		151 437,07	127 131,24
Fornecimentos e serviços externos		172 080,37	166 289,92
Gastos com o pessoal		797 957,85	672 964,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		37 001,40	25 117,45
Outros gastos		25 807,16	12 144,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		191 221,79	118 397,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		86 383,80	63 691,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		104 837,99	54 705,82
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00

Juros e gastos similares suportados	33 520,14	20 841,73
Resultados antes de impostos	71 317,85	33 864,09
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	71 317,85	33 864,09

» DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RÚBRICAS	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de Clientes e Utentes	294 036,55
Pagamentos de subsídios	-744,00
Pagamentos de apoios	0,00
Pagamentos de bolsas	0,00
Pagamentos a fornecedores	556 667,72
Pagamentos ao pessoal	6 249,24
Caixa gerada pelas operações	-268 136,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-11 620,70
Outros recebimentos/pagamentos	197 687,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-82 069,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	0,00
Ativos intangíveis	0,00
Investimentos financeiros	0,00
Outros ativos	0,00
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	0,00
Ativos intangíveis	0,00
Investimentos financeiros	0,00
Outros ativos	0,00
Subsídios ao investimento	273 654,98
Juros e rendimentos similares	0,00
Dividendos	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	273 654,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	0,00
Realização de fundos	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00

Doações	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	0,00
Juros e gastos similares	36,40
Dividendos	0,00
Redução de fundos	0,00
Outras operações de financiamento	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-36,40
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	191 548,93
Efeito das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	233 105,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	515 707,13

Abaixo, seguem demonstrações financeiras (...)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação de direito privado" com estatutos publicados no Diário da República n.º 126, Série III, de 31/05/2000, com sede em Rua do Outeiro n.º 4, Vilarinho.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A Associação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que visa o apoio ao Idoso e à Criança, primeiro na área da freguesia de Lousã e Vilarinho, e, subsidiariamente, nas restantes freguesias do concelho da Lousã e concelhos limítrofes.
- Tem por âmbito e fim principal o apoio ao Idoso e à Criança, desempenhando a título secundário o desenvolvimento cultural, recreativo, profissional e desportivo.
- Sem fins lucrativos no desenvolvimento das suas atividades, a Associação rege-se por princípios de democraticidade e representatividade.
- A Associação durará por tempo indeterminado.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais".

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Políticas de Reconhecimento e Mensuração Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja

provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que

estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da

Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2023:

ATIVOS INTANGÍVEIS

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					22 659,62
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 659,62

LOCAÇÕES

A Entidade detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023		
	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	15 997,31	0,00	2 183,13
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	175 227,41	0,00	3 620,16
Produtos acabados e intermédios		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00
Total	191 224,72	0,00	5 803,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			151 437,07
Variações nos inventários da produção			0,00

RÉDITO

Para os períodos de 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023
Vendas	16 092,05
Prestação de Serviços	
Quotas de utilizadores	676 925,90
Quotas e joias	5 043,00
Promoções para captação de recursos	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00
Juros	0,00
Royalties	0,00
Dividendos	0,00
Total	698 060,95

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

No período de 2023, ocorreram variações relativas a provisões:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

No período de 2023, a Instituição não recebeu subsídios nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nada a referir face ao período de 2023.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, corresponde ao valor esperado a pagar.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, no exercício de 2023, foi de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 47.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00
Remunerações ao pessoal	614 588,92
Benefícios Pós-Emprego	0,00
Indemnizações	0,00
Encargos sobre as Remunerações	134 399,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 606,67
Gastos de Ação Social	38 428,00
Outros Gastos com o Pessoal	5 934,97
Total	797 957,85

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Investimentos Financeiros

No período de 2023, a Instituição detinha “Investimentos Financeiros”.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023
Ativo	
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00
Doadores - em curso	0,00
Patrocinadores	0,00
Quotas	2 899,50
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00
Outras operações	0,00
Perdas por imparidade	0,00
Total	2 899,50

Clientes e Utentes

Para o período de 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023
Cientes e Utentes c/c	
Cientes	0,00
Utentes	12 531,16
Cientes e Utentes títulos a receber	
Cientes	-28 487,17
Utentes	0,00
Total	-15 956,01

Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 montantes a receber.

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava saldos.

Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 pequenos investimentos.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023
Caixa	464,21
CA - Depósitos à ordem	389 565,46
BPI – Conta à ordem	25 635,73
BPI – Conta a Prazo	100 000,00
MG – Conta à ordem	41,73
CA – Títulos de Capital	1 200,00
Total	516 907,13

Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	638 793,85	33 864,09	0,00	672 657,94
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	492 750,00	295 178,29	0,00	787 928,29
Total	1 131 543,85	329 042,38	0,00	1 460 586,23

Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023
Fornecedores c/c	28 487,17
Fornecedores títulos a pagar	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00
Total	28 487,17

Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023
Ativo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 619,33

Outros Impostos e Taxas	0,00
Total	9 619,33
Passivo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00
Segurança Social	25 906,35
Outros Impostos e Taxas	0,00
Total	25 906,35

Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, no período de 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	574 817,12
Subsídios de outras entidades	0,00
Doações e heranças	28 624,77
Legados	0,00
Total	603 441,89

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2023
Subcontratos	9 496,46
Serviços especializados	64 630,79
Materiais	8 517,02
Energia e fluidos	55 824,56
Deslocações, estadas e transportes	381,27
Serviços diversos	33 230,27
Total	172 080,37

Resultados Financeiros

No período de 2023 foram reconhecidos gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

Seguem notas explicativas do exercício

» NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO
RENDIMENTOS

 O total de rendimentos ascendeu €: **1.338.504,24** assim distribuídos:

Conta	Descritivo	Ano 2023
71	Venda de Mercadorias	16.092,05 €
	- Artigos Higiene Pessoal e Outros Consumíveis	15.545,73 €
	- Vestuário e Calçado Utentes; Termos, etc	546,32 €
72	Prestações de Serviços	681.968,90 €
	- Utentes Jardim	37.974,75 €
	- Utentes Centro de Dia	64.304,75 €
	- Utentes Apoio Domiciliário	117.028,80 €
	- ERPI – Lar Idosos	457.617,60 €
	- Quotizações (associados)	5.043,00 €
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	603.441,89 €
	- ISS - Jardim	42.729,72 €
	- ISS – Cantinas Sociais	33.833,00 €
	- ISS – Centro de Dia	54.775,60 €
	- ISS – Apoio Domiciliário	209.691,65 €
	- ISS – ERPI – Lar de Idosos	208.945,20 €
	- IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)	24.841,95 €
	- Doações e Heranças (donativos particulares e empresas)	28.624,77 €
78	Outros Rendimentos e Ganhos	37.001,40 €
	- Desconto Pronto Pagamento	1,01 €
	- Correções relativas a exercícios anterior	1.464,39 €
	Imputação de Subsídios para Investimentos: 30.346,01 €	
	- Baldios de Vilarinho (2021-2070)	9.000,00 €
	- Município da Lousã (2021-2028)	9.375,00 €
	- BPI - Equipar no Presente para Servir Melhor o Futuro (2021-2028)	750,00 €
	- Candidatura PARES 3.0	11.221,01 €
	- Restituição Impostos - Consignação 0,5 % IRS particulares	4.989,99 €
	- Indemnizações Provenientes Sinistros (portão)	200,00 €

Total de rendimentos 1.338.504,24 €

Gráfico dos Rendimentos

■ Gráfico dos Rendimentos



GASTOS

O total de **gastos** ascendeu a **€: 1.267.186,39** distribuídos pelas seguintes rubricas.

Conta	Descritivo	Ano 2023
61	Custo das Matérias-primas Consumidas e Mercadorias Vendidas	151.437,07 €
	- Totalidade das matérias-primas	
	- (Custo das matérias-primas consumidas (61) = Existência Inicial de géneros alimentares e mercadorias (32 + 33) + Compras líquidas géneros alimentares e mercadorias (31) + ou - Regularização de Existências (38) - Existências finais (32 + 33).	
	Existência inicial está na conta 33 do balancete antes do apuramento. Existência final está na conta 33 do balancete depois do apuramento. A conta 38 foram os gastos com a alimentação das colaboradoras	
	61 = Custo das Matérias-Primas Consumidas e das Mercadorias Vendidas =	
	+ Existência Inicial 4.757,54 € (2.694,25€ de géneros alimentares + 189,70 €Material Clínico + 941,03 € vestuário utentes + 932,56 € fraldas, cremes, etc))	
	+ Compras de mercadorias 15.997,31 € (14.465,99 € fraldas + 1.531,32 € vestuário utentes, bibes, chapéus, etc)	
	+ Compras de géneros alimentares 168.458,29 €	
	+ Compras Produtos farmacêuticos: 6.769,12 €	
	- Devoluções géneros alimentares 964,18 €	
	- Regularização de existências 38.428,00 € (consumo dos géneros alimentares na elaboração dos almoços das funcionárias)	
	+ Regularização de existências 650,28 €: 246,00 € oferta material clínico + 404,28 € oferta fraldas, etc	
	- Existências finais de mercadorias:2.183,13 € (257,10 € artigos higiene + 1.926,03 € vestuário utentes)	
	- Existências finais de matérias-primas 3.620,16 € (3.243,36 € géneros alimentares + 376,80 € material	

clínico

61 = 4.757,54 + 15.997,31 + 168.458,29 + 6.769,12 – 964,18 – 38.428,00 + 650,28 – 2.183,13 – 3.620,16 = 151.437,07 €

62	Fornecimento e Serviços Externos	172.080,37 €
621	Subcontratos	9.496,46 €
6212	Cuidados Pessoais Diversos (cabelos, unhas, esteticista, etc)	5.629,30
6213	Iniciação/Expressão Musical	774,36
6214	Ensino Precoce de Inglês - Música	80,00
6216	Bilhetes/Ingressos Cinema/Teatro/Insufláveis	144,00
6217	Jardinagem (Jardim da Sede)	1.257,90
6218	Serviços Técnicos de Impressão	1.426,40
6219	Consultadoria em Segurança no Trabalho	184,50
622	Serviços especializados	64.630,79 €
6221	Trabalhos especializados	10.010,38
622101	Serviços Informáticos	6.804,58
622102	Desinfestação Pragas (insetos + ratos, etc)	2.227,73
622103	Análises Clínicas, exames complementares, etc	114,25
622104	HCCP _ Formação – Análise Microbiológicas	863,82
6224	Honorários	30.430,18 €
622401	Contabilidade	7.200,00
622402	Médicos	9.300,00
622403	Fisioterapeutas	1.405,00
622404	Enfermeiros	9.361,00
622406	Economista	3.164,18
6226	Conservação e reparação	24.190,23 €
622601	Viaturas	8.241,62
622602	Equipamento administrativo	232,08
622603	Equipamento básico	4.447,74
622604	Ferramentas e Utensílios	104,92
622606	Edifícios	5.255,36
622607	Conservação e Manutenção Sist Incêndio, Carretel e SADI	1.492,98
622608	Manutenção sistemas AVAC, Central Térmica, etc	2.652,73
622609	Conservação e Manutenção Elevador	944,40
622610	Gestão de Resíduos Hospitalares Perigosos	818,40
623	Materiais	8.517,02 €
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.963,18
6233	Material de escritório	2.039,13
6234	Artigos para oferta (inclui coroas funerais, presentes utentes)	292,50
62381	Material Didático - Material Trabalhos Artesanais	498,06
62382	Jornais e Revistas	125,00
62384	Artigos Higiene Pessoal consumo (Shampoo, cremes, toalhitas, etc)	3.555,15
62385	Equipamentos Higiene/Medidores Tensão, etc	44,00
624	Energia e fluidos	55.824,56 €
6241	Eletricidade	8.229,17
6242	Combustíveis	39.558,09

624201	Gasóleo	9.131,05
624203	Gás	30.427,04
6243	Água	8.037,30
625	Deslocações, estadas e transportes	381,27 €
6251	Deslocações e estadas	
62512	Utentes	380,00
6258	Portagens	1,27
626	Serviços diversos	33.230,27€
6262	Comunicação e Imagem (Redes Sociais-Domínio adic.pt)	4.738,93
6263	Seguros	5.837,82
62631	Acidentes pessoais - Seguro Escolar	904,46
62633	Edifício Sede Rua Outeiro 4	1.203,74
62634	Negócio Seguro	505,96
62636	Viaturas	3.223,66
6265	Contencioso e notariado	15,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	22.570,14
6268402	Portagens - Aparcamento/estacionamentos	68,38

63	Gastos com o Pessoal	797.957,85 €
632	Remunerações do pessoal	614.588,92 €
6323	Profissionais Indiferenciados	614.588,92
635	Encargos sobre remunerações	134.399,29 €
6352	Segurança Social - Trabalhadores Dependentes	133.397,16
6353	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	1.002,13
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.606,67 €
637	Gastos de ação social	
6372	Subsídios a Cantinas e Refeitórios (Almoços Colaboradoras)	38.428,00
638	Outros gastos com o pessoal	5.934,97 €
63817	Formações, Seminários, Congressos	80,00
63894	Apoio Medico Medicamentoso/Med. Trabalho/Analises SARS COV	1.288,00
63895	Vestuário, Calçado e Equipamento Proteção Individ	2.889,40
63896	Leitor/Registo Entrada - Saída Colaboradores (Factorial)	1.677,57

64	Gastos de Depreciações e Amortizações	86.383,80 €
642	Ativos fixos tangíveis	
6422	Edifícios e Outras Construções	
64229	Outros	27.128,33
6423	Equipamento Básico	
64239	Outro	36.966,07
6424	Equipamento de Transporte	
64249	Outros	5.651,57
6425	Ferramentas e Utensílios	
64259	Outros	2.276,34
6426	Equipamento Administrativo	
64269	Outros	6.808,28
643	Ativos Intangíveis	

6433	Programas de Computador	7.553,21
68	Outros Gastos de Financiamento	25.807,16 €
6881	Correções relativas a períodos anteriores (*)	25.607,16
6883	Quotizações	200,00
69	Gastos e Perdas de Financiamento	33.520,14 €
691	Juros suportados	32.433,35 €
6911	Juros de financiamentos obtidos	
69111	Empréstimos Bancários	32.433,35
698	Outros gastos e perdas de financiamento	1.086,79 €
6984	Comissões de Gestão; de Utilização; de Processamento	386,37
6986	Gastos TPA (Terminal Pagamento Automático)	700,42

(*) As correções de exercícios anteriores, são a diferença entre a estimativa do encargo com as férias e subsídios de férias, os ordenados que subiram e a entrada de mais funcionárias do que o que se tinha estimado em 2022.

Total de gastos 1.267.186,39 €



DISPONIBILIDADES

Trata-se dos valores financeiros disponíveis da Instituição, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

Conta	Descritivo	Ano 2023
11	Caixa	464,21 €
122	BPI – Conta à ordem	25.635,73 €
124	Montepio – Conta à ordem	41,73 €
125	CA – Conta à ordem	389.565,46 €
13201	B.P.I. – Conta Prazo	100.000,00 €
1421	CA – Investimento Finc. Títulos	1.200,00 €

Disponibilidade financeira 516.907,13 €

QUADRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



Globalmente verificamos que a execução orçamental teve um desvio de cerca de 22,40 % do lado dos Gastos, isto é, foram estimados gastos no valor global de 1.035.382,30 € e foram executados um total de 1.267.186,39 €, ou seja, gastaram-se mais 231.804,09 € do que tínhamos estimado; e de 24,40 % do lado dos - Ganhos, foram estimados um valor global de 1.075.890,00 € e foram executados um valor global de 1.338.504,24 €, ou seja, obtiveram-se mais 262.614,24 € do que tínhamos estimados. Do lado dos gastos, a divergência verificada ficou-se a dever, sobretudo, ao aumento generalizado de todos os preços (consumíveis e serviços), aumento dos gastos com o pessoal e com o aumento da taxa de juro. Do lado dos ganhos, a divergência verificada, ficou a dever-se aos subsídios à Exploração provenientes do Estado e de Particulares.

RESUMINDO, foi apurado um **resultado líquido positivo do período, de 71.317,85 €**, sendo que o resultado líquido estimado tinha sido de 40.507,00 €.

Este resultado só foi possível ser alcançado praticando uma gestão diária eficaz, reduzindo nos custos supérfluos e controlando as receitas, ponderando as tomadas de decisões e cumprindo com as orientações técnicas e financeiras.

Estas práticas devem continuar a ser consolidadas para o sucesso da Instituição.

» ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente documento, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

» PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção da ADiC propõe que o **resultado líquido positivo do exercício, no montante de 71.317,85 €, seja transferido para uma conta de Resultados transitados.**

... em conclusão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS ... EM CONCLUSÃO:

Em síntese, consideramos que o plano de atividades, foi vasto, rico e com uma enorme e vincada vertente social, e as contas refletem esse trabalho e empenhamento e o enorme sentido de responsabilidade na gestão.

Queremos fazer mais e melhor e para tal precisamos do envolvimento e participação de Todos(as).

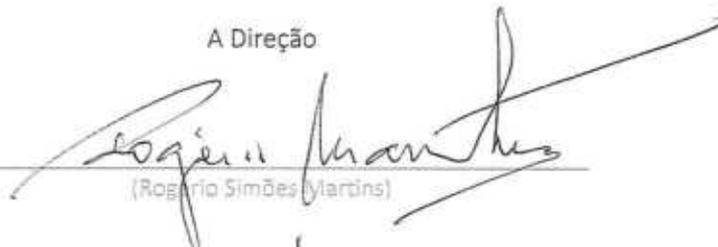
No final de mais um ano de atividade, vem a Direção expressar o mais profundo reconhecimento e gratidão a todos quantos tornaram possíveis os nossos resultados:

- Aos nossos **Associados**, pelo seu apoio solidário e participativo na vida da Instituição;
- Às nossas **Colaboradoras** pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
- Aos nossos **Utentes** por nos escolherem;
- Aos nossos **Parceiros** que nos apoiam na concretização da nossa missão;
- A todos os **Voluntários** que estiveram sempre presentes no apoio às atividades;
- Aos nossos **Fornecedores** que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua da qualidade dos serviços que prestamos;
- Aos nossos **Beneméritos** que com as suas contribuições financeiras, nos ajudam a concretizar os nossos objetivos institucionais.

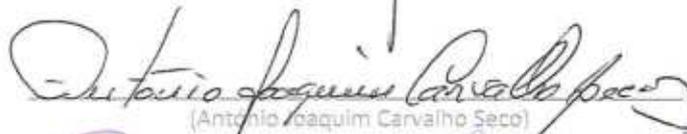
A todos o nosso bem-haja!

Vilarinho, 20 de março de 2024

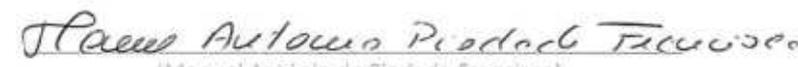
A Direção


(Rogério Simões Martins)


(João Pedro Meia)


(António Joaquim Carvalho Seco)


(Paulo David Santos Costa)


(Manuel António da Piedade Francisco)

CONSELHO FISCAL

PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2023

O Conselho Fiscal reuniu no dia 20 de março de 2024 para apreciar e emitir o seu parecer acerca do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2023, apresentados pela Direção da ADIC, conforme estipula a alínea h) do nº 1, do Art.º 45 dos Estatutos da ADIC.

Nos termos dos referidos Estatutos, ao Conselho Fiscal compete dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, o que só é possível através do exame das demonstrações financeiras e demais documentos que lhe forem apresentados para o efeito ou aquele entenda serem relevantes ao exercício desta competência.

Para o ano em causa, ouvida a Direção e apreciados todos os documentos mensalmente disponibilizados bem como as demonstrações financeiras remetidas, o Conselho Fiscal concluiu que:

- 1- O Relatório de Atividades reflete o trabalho desenvolvido pela ADIC nas suas diversas valências (Jardim de Infância, Centro Dia, Estrutura Residencial Para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário);
- 2 – As contas demonstram rigor na gestão da ADIC, rigor esse que se consubstancia na transparência dos movimentos bancários, na inexistência de dívidas, no recebimento atempado das receitas correntes, no cumprimento pontual do empréstimo bancário contraído para conclusão das obras do edifício sede e se reflete nos documentos mensalmente enviados aos membros do Conselho Fiscal.

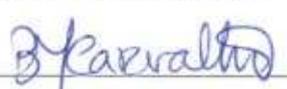
Assim, o Conselho Fiscal deliberou:

- a) *Avaliar positivamente a atividade desenvolvida pela Direção da ADIC, na gestão desta, durante o ano de 2023;*
- b) *Dar parecer favorável ao Relatório e Contas do Exercício de 2023;*
- c) *Propor à Assembleia-geral de 22 de março de 2024 a aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2023.*

Vilarinho, 20 de março de 2024

O Conselho Fiscal


Presidente – Isabel Maria Pereira de Sousa Damas


Vogal – Beatriz Maria Campos Carvalho


Vogal – Pompeu Carlos de Almeida Seco

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL - TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Ao abrigo e nos termos do n.º 1, alínea e) do artigo 32.º, dos Estatutos, a assembleia-geral, sob proposta da Direção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, decidiu aprovar por unanimidade o Relatório de Atividades e Contas, referente ao exercício de 2023, acima transcrito na íntegra.

Visto e aprovado em reunião da AG de 22 de março de 2024

A Mesa da Assembleia geral

Presidente


Alcides Emanuel da Silva Martins

1.º Secretário


Ana Maria da Conceição Ferreira

2.º Secretário


António Anísio Mendes Tomás

FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA

Proprietária e Editora

**ADIC – Associação de Defesa do Idoso e
da Criança de Vilarinho, Lousã**

NIPC: 504 000 349 • NISS: 20004018002

Presidente da Direção

Rogério Simões Martins

Diretora Técnica

Teresa Marisa Santos Costa

Chefe de Serviços

Rita Isabel Carvalho Francisco

Diretora Pedagógica

Joana Patrícia Tomás da Silva

Responsável Administrativa

Aida Maria Costa Sequeira

Contabilista Certificada

Helena Paula Costa Amado

Design

ADIC[®] | março de 2024

Periodicidade

Anual